



Diário Oficial do Município de Patos-PB

Instituído pela Lei Municipal N.º 1.081/74 de 11 de dezembro de 1974

PATOS-PB, SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

LEI N.º 4.879/2017

De 22 de junho de 2017.

ESTABELECE SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PARA AQUELES QUE PRATICAREM MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei. FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida, a prática de maus-tratos contra animais, no Município de Patos.

Art. 2º - Para os fins desta lei entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo:

I - privá-los de necessidades básicas tais como alimento adequado à espécie e água;

II - mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental;

III - Agredir ou lesionar os animais (por espancamento, lapidação, por instrumentos cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros), sujeitando-os a qualquer experiência que infrinja a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico ou mental ou morte;

IV - Em quaisquer circunstâncias, abandoná-los;

V - forçar a trabalhos excessivos ou superiores as suas condições e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção;

VI - castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento;

VII - criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;

VIII - utilizá-los em confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

IX - provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

X - eliminação de cães e gatos como método de controle de dinâmica populacional;

XI - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária;

XII - exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado em movimento;

XIII - abusá-los sexualmente;

XIV - enclausurá-los com outros que os molestem;

XV - promover distúrbio psicológico e comportamental;

XVI - outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com esta competência.

Art. 3º - Para fins desta lei, entenda-se por animais todo ser vivo pertencente ao Reino Animal, excetuando-se o Homo sapiens, abrangendo inclusive:

I - fauna urbana não domiciliada, nativa ou exótica;

II - fauna domesticada e domiciliada, de estimação ou companhia, nativa ou exótica;

III - fauna nativa ou exótica que componha plantéis particulares para qualquer finalidade.

Art. 4º - Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas desta lei é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as sanções aqui previstas, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais previstas em legislação.

§ 1º - As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções:

I - advertência por escrito;
II - multa simples;
III - multa diária;
IV - apreensão de instrumentos, apetrechos ou equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização de produtos;

VI - suspensão parcial ou total das atividades;

VII - sanções restritivas de direito.

§ 2º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º - A advertência será aplicada pela inobservância das disposições da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 4º - A multa simples será aplicada sempre que o agente infrator, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidade que tenha sido praticada, deixar de saná-la, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMADS;

II - opuser embaraço aos agentes de fiscalização ambiental;

III - deixar de cumprir a legislação ambiental ou determinação expressa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMADS;

IV - Deixar de cumprir auto de embargo ou de suspensão de atividade.

§ 5º - A multa diária poderá e será aplicada quando o cometimento da infração se estender ao longo do tempo, até a sua efetiva cessação ou a celebração de termo de compromisso de ajustamento da conduta do infrator para reparação do dano ocasionado.

§ 6º - As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

II - cassação de registro, licença, permissão, autorização ou alvará;

III - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de 3 anos.

Art. 5º - A pena de multa estabelecida será arbitrada pelo agente fiscalizador com base nos critérios definidos nesta Lei, no valor mínimo de R\$ 50,00 e valor máximo de R\$ 100.000,00.

§ 1º A pena de multa seguirá a seguinte graduação:

I - infração leve: de R\$ 50,00 a R\$ 1.000,00;

II - infração grave: de R\$ 1.001,00 a R\$ 50.000,00;

III - infração muito grave: de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00.

Art. 6º - Para arbitrar o valor da multa, o agente fiscalizador deverá observar:

I - a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para a proteção animal;

II - os antecedentes do agente infrator, quanto ao cumprimento da legislação específica vigente;

III - a capacidade econômica do agente infrator;

IV - o porte do empreendimento ou atividade.

Art. 7º - Será circunstância agravante o cometimento da infração:

I - de forma reincidente;

II - para obter vantagem pecuniária;

III - afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou a vida ou a integridade do animal;

IV - em domingos ou feriados; ou durante o período noturno;

V - mediante fraude ou abuso de confiança;

VI - mediante abuso do direito de licença, permissão, autorização ambiental ou alvará;

VII - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.

Art. 8º - Constitui reincidência a prática de nova infração cometida pelo mesmo agente infrator dentro do período de 3 anos subsequentes, classificada como:

I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; e,

II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo Único - No caso de reincidência específica a multa a ser imposta pela prática da nova infração deverá ter seu valor aumentado ao triplo e no caso de reincidência genérica a multa a ser imposta pela prática da nova infração poderá ter seu valor aumentado ao dobro.

Art. 9º - Fica a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a fiscalização dos atos decorrentes da aplicação desta lei.

Parágrafo Único - As ações de fiscalização a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderão ser executadas em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura, e demais órgãos e entidades públicas.

Art. 10 - Será assegurado o direito ao infrator desta lei à ampla defesa e ao contraditório nos seguintes termos:

I - 20 dias úteis para o agente infrator oferecer defesa ou impugnação em primeira instância, contados da data da ciência da autuação;

II - 30 dias úteis para a autoridade competente julgar o processo de recurso em primeira instância;

III - 20 dias úteis para o pagamento de multa, contados da data da ciência da decisão do processo de recurso em primeira instância;

IV - em caso de não concordância com a decisão do processo de recurso em primeira instância, 20 dias úteis para recorrer da decisão, em segunda instância ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais;

V - 5 dias úteis para o pagamento de multa, contados da data da ciência da decisão do processo em segunda instância.

Art. 11 - O agente infrator será cientificado da decisão dos recursos em primeira e segunda instância:

I - pessoalmente;

II - pelo correio, através de aviso de recebimento (A.R.);

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o agente infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser registrada no processo.

§ 2º O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação 5 dias úteis após a publicação.

Art. 12 - O valor das multas poderá ser reduzido quando o agente infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar e reparar o dano causado.

§ 1º - A reparação do dano causado de que trata este artigo será feita mediante a apresentação e aprovação pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMADS do projeto técnico.

§ 2º - A autoridade competente poderá dispensar o agente infrator da apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º - Cumpridas integralmente às obrigações assumidas pelo agente infrator, o valor da multa será reduzido em até 50% do valor atualizado monetariamente.

§ 4º - Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e reparar o dano causado, por decisão da autoridade ambiental ou do agente infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano causado não reparado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas por reincidência ou continuidade da irregularidade.

Art. 13 - Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa e proteção aos animais.

Art. 14 - O não pagamento da multa dentro dos prazos fixados implicará na inscrição do débito em dívida ativa e demais cominações contidas na legislação tributária municipal.

Art. 15 - Na constatação de maus-tratos:

I - os animais serão cadastrados no Sistema de Identificação e podendo ser microchipados, no ato da fiscalização ou após sua melhora física ou mental;

II - os custos inerentes à aplicação do microchip serão atribuídos ao infrator;

III - o infrator receberá as orientações técnicas que se fizerem necessárias sobre como proceder em relação ao que seja constatado com o (s) animal (s) sob a sua guarda;

§ 1º - Ao infrator, caberá a guarda do (s) animal (s);

§ 2º - Caso constatada pela equipe de fiscalização a necessidade de assistência veterinária, deverá o infrator providenciar o atendimento particular.

§ 3º - Em caso da constatação da falta de condição mínima, para a manutenção do (s) animal (s) sob a guarda do infrator, fato este constatado no ato da fiscalização pela autoridade competente, fica autorizado o Município a remoção do(s) mesmo (s), se necessário com o auxílio de força policial. Caberá ao Município promover a recuperação do animal (quando pertinente) em local específico, bem como destiná-lo (s) para a adoção, devidamente identificado(s).

§ 4º - Os animais que pela sua natureza ou inadequação não sejam passíveis de adoção pela comunidade, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, santuários ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados ou que possam ser absorvidos e adaptados ao ecossistema receptor.

§ 5º - Os recursos despendidos pelo Município para o atendimento do art. 15 desta lei serão apensados ao processo administrativo da aplicação das penalidades, com a finalidade de ressarcimento futuro pelo infrator, mesmo que através de cobrança judicial, caso necessário.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 22 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Autoria: Vereador Edson Hugo de Sousa

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

LEI N.º 4.880/2017

De 22 de junho de 2017.

INCLUINO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS, RELIGIOSOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE PATOS, O BLOCO “RENASCER PRA CRISTO”, DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DA DIOCESE DE PATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos Turísticos, Religiosos e Culturais do município de Patos, o “Bloco Renascer Pra Cristo” da Renovação Carismática Católica da Diocese de Patos, realizado anualmente, na terça-feira de carnaval, no encerramento do Retiro de Carnaval da Festa do Rei Senhor Jesus, logo após a missa de encerramento, concluindo as festas carnavalescas do município de Patos-PB.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal poderá apoiar o evento, nos termos da lei, autorizando, inclusive o uso de espaços e bens públicos para sua realização pela comunidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 22 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Autoria: Vereador Antônio Araújo do Nascimento

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

LEI N.º 4.881/2017

De 22 de junho de 2017.

INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS, RELIGIOSOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE PATOS, A FESTA DO REI SENHOR JESUS – RETIRO DE CARNAVAL DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DA DIOCESE DE PATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos Turísticos, Religiosos e Culturais, a Festa do Rei Senhor Jesus – Retiro de Carnaval da Renovação Carismática Católica da Diocese de Patos, realizada anualmente no período de Carnaval, no município de Patos-PB.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal poderá apoiar o evento, nos termos da lei, autorizando, inclusive o uso de espaços e bens públicos para sua realização pela comunidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 22 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Autoria: Vereador Antônio Araújo do Nascimento

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

LEI N.º 4.882/2017

De 22 de junho de 2017.

MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL
Nº 4.394/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 4.394/2014 de 31 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a permuta dos terrenos constantes no art. 1º da Lei, pelos lotes 11 matrícula 35456; 12 matrícula 35457; 13 matrícula 35458; 14 matrícula 35459; 15 matrícula 35460 e 16 matrícula 35461, da Quadra "52", do Loteamento Jardim Cel. Miguel Sátiro, de propriedade do Sr. José Rodrigues Lacerda Neto.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 22 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

Autoria: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes

CONTRATOS E CONVÊNIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 028/2017.

CONTRATO Nº.: 126/2017.

CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.

CONTRATADA: Elite Locação de Equipamentos Ltda. - EPP. - (CNPJ: 03.468.197/0001-86).

OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.

VALOR: R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 13 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 028/2017.

CONTRATO Nº.: 128/2017.

CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.

CONTRATADA: Explosão Som, Luz, Palco e Eventos Ltda. - ME - (CNPJ: 08.067.371/0001-00).

OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.

VALOR: R\$ 67.840,00 (Sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais).

PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 14 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº.: 028/2017.

CONTRATO Nº.: 119/2017.

CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.

CONTRATADA: F5 Serviços, Produções e Locações Ltda. - ME. - (CNPJ: 10.878.419/0001-02).

OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.

VALOR: R\$ 239.500,00 (Duzentos e trinta e nove mil e quinhentos reais)

PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 07 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 028/2017.

CONTRATO Nº.: 124/2017.

CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.

CONTRATADA: HWJ - LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - (CNPJ: 04.203.988/0001-47).

OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.

VALOR: R\$ 119.575,00 (Cento e dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais).

PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 13 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 028/2017.
CONTRATO Nº: 125/2017.
CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.
CONTRATADA: Limpadora e Desentupidora Paraibana Ltda. - (CNPJ: 35.583.475/0001-32).
OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.
VALOR: R\$ 23.880,00 (Cento e dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais).
PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 13 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 127/2017.
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº: 028/2017.
CONTRATO Nº: 118/2017.
CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.
CONTRATADA: YURY DO PAREDÃO EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME. - (CNPJ: 11.999.449/0001-21).
OBJETO: Contratação de Empresa para locação e montagem de palco, iluminação, sonorização, tablado de madeira, tendas, gerador, banheiro químico e demais objetos, destinados ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 - O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.
VALOR: R\$ 38.298,00 (Trinta e oito mil e duzentos e noventa e oito reais)
PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 07 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 132/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 031/2017.
CONTRATO Nº: 129/2017.
CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.
CONTRATADA: ABEL DOS SANTOS DIAS - ME - (CNPJ: 08.855.763/0001-26).
OBJETO: Contratação de Empresa especializada na Produção executiva de Eventos, destinado ao Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 “O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL”, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.
VALOR: R\$ 53.010,00 (Cinquenta e três mil e dez reais).
PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 09 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 133/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 033/2017.
CONTRATO Nº: 130/2017.
CONTATANTE: Prefeitura Municipal de Patos - PB.
CONTRATADA: ÁTRIO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - (CNPJ: 08.855.763/0001-26).
OBJETO: Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Segurança não Armada, durante o Evento SÃO JOÃO DE PATOS 2017 “O MELHOR SÃO JOÃO DO BRASIL”, que será realizado de 20 à 25 de Junho de 2017.
VALOR R\$: 95.880,00 (Noventa e cinco mil oitocentos e oitenta reais).
PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 12 de junho de 2017.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO

Prefeitura Municipal de Patos
Secretaria Municipal de Administração
Centro Administrativo Aderbal Martins
Avenida Horácio Nóbrega, S/N – Bairro Belo Horizonte
58700-000 – Patos, PB